REVISTA ARA N°5 . VOLUME 5 . PRIMAVERA+VERÃO 2018 • GRUPO MUSEU/PATRIMÔNIO FAU-USP



Configurações Paulistas: operando a saga bandeirante

São Paulo: operating settings the bandeirante saga

São Paulo: funcionamiento configuración la saga bandeirante

Anna Maria Abrão Khoury Rahme

Doutora e Mestre pela FAUUSP Grupo Museu/Patrimônio, FAUUSP, São Paulo, Brasil. annarahme@gmail.com



Resumo

O artigo procura sustentar a existência de operações que, por meio de tramas impositivas, criam mitos nacionais ou regionais, procurando estabelecer uma dada ordem identitária. Em particular, analisa as representações sobre a figura do Bandeirante, o paulista, e percorre alguns dos significados a ele atrelados desde o Brasil Colônia, para deflagrar os conjuntos de atos que se combinam para a obtenção de determinados objetivos ainda considerados ativos, mesmo em tempos de multiculturalismo e transnacionalismo, na busca em ressuscitar modelos e comportamentos, claramente estabelecidos anteriormente, para cunhar dado caráter de ser paulista.

Palavras chave: Bandeirante. Paulista. Identidade. Trama. Operação.

Resumen

El artículo trata de sostener la existencia de las operaciones, a través de parcelas obligatorias, crear mitos nacionales o regionales, tratando de establecer un orden determinado de identidad. En particular, analiza las representaciones sobre la figura del Bandeirante, el paulista, y atraviesa algunos de los significados que desde la colonia de Brasil atado, a los conjuntos de acciones que se combinan para lograr ciertos objetivos aún la chispa consideran activos, incluso en tiempos de multiculturalidad y transnacionalismo, en la búsqueda de retomar modelos y comportamientos, claramente estipulados previamente, al carácter de la moneda dada de ser paulista.

Palabras clave: Bandeirante. Paulista. Identidad. Parcela. Operación.

Abstract

The article look for sustain the existence of operations, through mandatory plans, create national or regional myths, searching to establish a given order of identity. In particular, analyzes the representations about the figure of the Bandeirante, the paulista, and traverses some of the meanings to it from the tied Brazil Colony, to spark the sets of actions that combine to achieve certain goals still considered active, even in times of multiculturalism and transnationalism, in seeking to revive models and behaviors, clearly set out previously, to coin given character of be paulista.

Key words: Bandeirante. Paulista. Identity. Plan. Operation.

http://www.museupatrimonio.fau.usp.br

Introdução

O lugar é o palimpsesto. [...] Não é de se espantar que as operações concebidas em função da reconstituição tenham um caráter "fictício" e devam menos o seu sucesso (provisório) a sua perspicácia que a seu poder de esmagar a compleição desses jogos entre forças e tempos confusos. Michel de Certeau.

ecentemente, em visita a cidades brasileiras, argentinas e paraguaias da tríplice fronteira, a cada instituição cultural visitada uma dupla sensação de embaraço me atingia, ao constatar em inúmeros documentos o uso da designação paulistas para os invasores brasileiros da região. Embora ciente do papel desempenhado pelo Brasil para consolidar fronteiras – e não só as do sul do país -, chocou-me identificação tão específica. De volta a São Paulo, em busca de elementos para compreendê-la, investi em novas pesquisas e, também, na revisão de meus estudos anteriores, tentando entender o porquê do uso corrente de tal sinonímia, debrucei-me sobre o papel dos Bandeirantes na história nacional e sua identificação como paulistas.



Para atingir o intento, coube examinar as operações e os autores que criam modelos e memórias fictícias, iniciando por forjar narrativas, cercá-las de signos e repeti-las *ad nauseam* com a certeza de perenizar suas verdades. Como assegura Michel de Certeau, embora fadados a um sucesso provisório, os mitos assim construídos afirmam o "poder de esmagar a compleição desses jogos entre forças e tempos confusos" (1999, p.310). Essas atitudes, aparentemente ingênuas para os leigos, sob o olhar estudioso da memória e da identidade paulistas¹,são gestadas nos setores poderosos da sociedade que, sentindo-se ameaçados, forjam a realidade tecendo tramas com as quais mais nos enredam do que protegem. Elas despertam sentimentos rasos de nacionalismo ou bairrismo, tendendo a acirrar antagonismos não fundamentados, que em nada contribuem para a dinâmica dos lugares ou para a construção da paisagem.

A ebulição política que atingiu o Brasil, há dois anos, revelando polarizações nos debates e nas divergências, é terreno propício para o surgimento de fatos e personagens selecionados pelos grupos responsáveis por mitificá-los,ou seja, por construir certezas que comporão ou não a memória coletiva, dependendo dos elementos descortinados pelos novos estudos a comprovar a não veracidade da versão. Exemplarmente, nas pesquisas realizadas sobre o Movimento Constitucionalista, me deparei com inúmeros livros, artigos, poesias e discursos, que a cada 9 de Julho desde os anos 1930 continuam a repetir literalmente textos escritos pelos arautos da dita revolução. Seus conteúdos são, porém, refutados por historiadores que examinaram os acontecimentos de 1932 a partir da ótica do outro, ou seja, dos que não estavam envolvidos na luta armada e, portanto, não contavam com os louros dos heróis.

¹ Cidadã paulistana, tenho estudado a memorialidade paulista desde os anos 1990 e realizei as pesquisas: A escultura moderna nos museus paulistanos, 1991-93, Bolsa Pesquisa pelo CNPq; Imagens femininas em memória à vida: a escultura nos cemitérios Consolação, Araçá e são Paulo, de 1900 a 1950, 1995-2000; Inovar e conservar: a ambiguidade no monumento constitucionalista, 2001-05.

PAULISTÂNIA, UMA CULTURA BANDEIRANTE?

Ser Paulista! É ser grande no passado! / E ainda maior nas glórias do presente! /
É ser a imagem do Brasil sonhado / e, ao mesmo tempo, do Brasil Nascente!

Martins Fontes

Identificar como paulistas esses primeiros capitães das explorações e conquistas do solo brasileiro exige penetrar na origem de algumas dessas mitificações à luz da nova historiografia, desconstruindo-as para romper os limites traçados anteriormente. Inicialmente, cabe examinar o fato de o vocábulo paulista – designativo atual dohabitante de São Paulo – ter-se originado a partir dos escritos do padre Antonio Vieira (1608-97), em fins do século XVII, mais precisamente no Voto sobre as dúvidas dos moradores de São Paulo acerca da administração dos índios (1694), examinado por Juarez Donizete Ambires (2004). Fiel aos interesses da Companhia de Jesus, pelo confinamento dos indígenas nas missões para a cristianização e instrução dos infiéis, o jesuíta atacava os métodos bandeirantes de acasalamento e escravização. Esta gente, conhecida nos primeiros tempos coloniais por "mamelucos, gente de São Paulo, portugueses de São Paulo", passa a ser identificada como paulista, termo insistentemente usado por Anchieta e que se firmará associado à rudeza e brutalidade de "uma prática econômica que é o apresamento do índio" na região (2004, p.57-8).

Inúmeras são as referências ao papel do Bandeirante na história dos três primeiros séculos de colonização do Brasil e este "conjunto de narrativas e tradições" sobre o "fundador da nacionalidade e enquanto símbolo do paulista" (Souza, 2007, p.151) compõe a consagração do mito. Recorrentemente, afirma Ricardo Luiz Souza², a descrição mítica da "raça de pioneiros a adentrarem o espaço vazio, e vazio porque seus ocupantes anteriores são obliterados" inventa tradições das quais se apropriam as "elites paulistas, para enobrecer suas origens" e também enunciar "o pretenso caráter

_

² O artigo A mitologia bandeirante: construção e sentidos, de Ricardo Luiz Souza, enfoca a mitificação do Bandeirante desde o período colonial brasileiro ao Movimento de 32.

democrático da sociedade paulista colonial e do próprio bandeirismo"(p.151-60). O autor aponta, ainda, o "fundamento ideológico" do movimento político que imbrica nesse processo as reinvenções sobre o "passado para justificar o futuro" (p.165).

Sabe-se que durante todo o século XVI os portugueses permaneceram na faixa litorânea, local propício à extração e exportação do pau-brasil, complementando as intenções da Coroa em fazer das novas terras um entreposto comercial. Os primeiros movimentos para o interior do Brasil, saindo do solo Piratininga – antigo nome dado à região de São Paulo – foram organizados para ampliar a mão-de-obra pela escravização silvícola, necessária na agricultura e nos portos. Os avanços dessas incursões foram freados pela Coroa, receosa "de que com isso se despovoasse a marinha" e que a produção de gêneros nas novas vilas retardasse a chegar ao porto, causando prejuízo ao Império e desobedecendo às ordens de d. João III, que havia ordenado a fundação de colônias no Brasil para fomentar as exportações a Portugal e a consequente distribuição a toda a Europa (p.66).

Tal situação ficou comprovada, quando da criação das vilas de Santo André e São Paulo e da imediata decadência de São Vicente e Santos, durante décadas as mais importantes da região. A povoação, que se constituiu a partir de 25 de janeiro de 1554 num planalto próximo a rios e riachos, o Pátio do Colégio, pela Companhia de Jesus, não conseguiu desenvolver-se economicamente graças à dificuldade em transpor a Serra do Mar para o escoamento da produção. Jesuítas, interessados em manter cativos os índios da região - para catequização, como afirmavam -, e capitães lusos, necessitados desses mesmos indígenas para conduzi-los na descoberta dos metais preciosos, são responsáveis por inúmeros conflitos que vão deflagrar as entradas e as bandeiras. As primeiras, como as expedições organizadas pelo governo de Portugal, e as segundas, como iniciativas de particulares. Às últimas se deve a alcunha de Bandeirante a seus comandantes.

Sem dúvida, é preciso distinguir a narrativa histórica oficial que os consagrou como heróis em luta pela expansão do território nacional e as narrativas fundamentadas nos estudos dos modos de vida cotidiana brasileira: as raízes, os caminhos, as fronteiras, o povo. Pesquisas publicadas no século XX revisam as anteriores, principiando ainda nos anos 1920 com Paulística (1925), uma transcrição de ensaios "consagrados ao estudo do passado" publicados no jornal O Estado de S. Paulo, com os quais Paulo Prado (1869-1943) introduz a construção de uma dada identidade calcada na coragem da gente paulista. O autor não deixa, porém, de enfatizar as questões do extermínio e escravização de povoados inteiros, face menos nobre desses "heróis desbravadores" como ficaram consagrados.

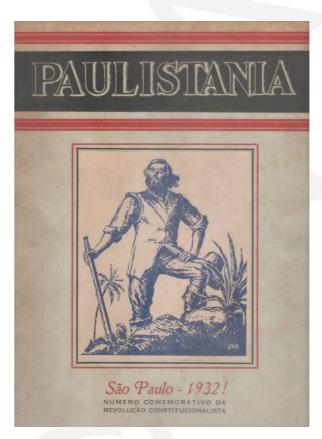


Figura 1: Capa da Revista Paulistania³. Jul. 1972. A imagem do Bandeirante anuncia a celebração dos 40 anos da chamada Revolução Constitucionalista.

http://www.museupatrimonio.fau.usp.br

³ A Revista Paulistânia (catalogada como "revista documentário" pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) foi publicada, de 1942 a 1979, pelo Clube Piratininga, São Paulo, e seus

grupo museu patrimônio

Como Prado, outros tantos se dedicam a explicitar aspectos não abordados sobre a colonização portuguesa, fundamentando-se nos costumes e mentalidades da população paulista. Exemplarmente, Antonio Candido inicia o primeiro capítulo do livro *Os parceiros do Rio Bonito*, de 1964, com o seguinte parágrafo:

Da expansão geográfica dos paulistas, nos séculos XVI, XVII e XVIII, resultou não apenas a incorporação de terras à Coroa portuguesa na América, mas a definição de certos tipos de cultura e vida social, condicionados em grande parte por aquele grande fenômeno de mobilidade. Basta assinalar que em certas porções do grande território devassado pelas bandeiras e entradas – já denominado significativamente Paulistânia - as características iniciais do vicentino se desdobraram numa variedade subcultural do tronco português, que se pode chamar de "cultura caipira". (1987, p.35)

A Paulistânia, desenhada pelos Bandeirantes foi determinante para o surgimento da cultura caipira, reiterada e enfatizada por Darcy Ribeiro (1995) em *O povo brasileiro*. Mas o colonizador não logrou influenciar a cultura indígena, antes foi subjugado por ela. Uma lição herdada dos primeiros habitantes da nossa terra que, mesmo escravizados, souberam manter intocados traços na língua, na agricultura, nas caminhadas e submeter seus algozes, os Bandeirantes. Um dos fatores a ser apontado é o domínio e resistência do idioma tupi, que se tornou a "língua materna de uso corrente desses neobrasileiros até meados do século XVIII" (Ribeiro, 2006, p.109), embora, da necessidade de comunicação entre os portugueses e os tupinambás tenha surgido o *nheengatu* ⁴, uma "língua geral", o idioma mameluco 5 – Bahia, Pernambuco, Maranhão e São Paulo –, a partir do séc. XVI.

artigos eram compostos de efemérides paulistas e brasileiras, fossem elas políticas ou sociais. Este número, em particular, celebrados 40 anos da chamada Revolução Constitucionalista registrando em artigos e fotos os eventos da luta de 1932 e da atualidade. Disponível em: https://ihgb.org.br/pesquisa/hemeroteca/periodicos/item/102260-paulist%C3%A2nia-revista-document%C3%A1rio.html. Acessado em 20/06/2018.

Enquanto no Nordeste açucareiro os escravos e mestiços logo adotaram a língua do capataz para se comunicar e, "mais tarde, a escravaria maciça, conduzida para a região mineirano centro do país, cumpriria a mesma função de introdutora da língua portuguesa" (p.86-7), o *nheengatu* permaneceu entre a população brasileira até o Censo Nacional de 1940.

O outro fator é a escolha da lavoura e da pesca indígenas como meio de subsistência, em detrimento da criação de gado, pois se adequavam à situação, das "entradas mais profundas e pioneiras que duravam anos, viajavam uns quantos meses e acampavam para plantar e colher roças com que se supriam de mantimentos", para finalmente seguirem viagem. Um terceiro se refere à organização e às táticas utilizadas como modos de sobrevivência nas caminhadas, pelos "bandos imensos de mamelucos e seus cativos que, por meses e até anos, se deslocavam a pé, descalços, nas bandeiras ou remando as canoas das monções⁶" (p.96).

Estes fatores, no entanto, não esmoreceram nos portugueses a aplicação de métodos colonizadores de escravização, exploração, extermínio, invasão, dominação e manipulação dos primeiros habitantes do território brasileiro, e sob o pretexto de estender as fronteiras do país⁷, reafirmaram a máxima "os

mamelucos se revelassem talento para exercer o mando e a suserania islâmica sobre a gente de que foram tirados" (2006, p.96).

⁴"Introduzido como língua civilizadora pelos jesuítas, o *nheengatu* permaneceu, depois da expulsão deles, como fala comum da população brasileira local (Amazônia) e subsistiu como língua predominante até 1940 (Censo Nacional 1940)". (Ribeiro, 2006, p.110)

⁵ Darcy Ribeiro explica que tal denominação tem origem em uma casta de escravos formada por filhos retirados de seus pais pelos árabes, do séc. XIII ao XVI, e que "castrados serviriam como *eunucos* nos haréns, se não tivessem outro mérito" ou alcançariam "a alta condição de

⁶Monções foram as expedições "fluviais povoadoras e mercantis, que pariam do porto de Araritaguaba, hoje Porto Feliz, navegando pelo Tietê e pela rede de afluentes do rio Paraná e do rio Paraguai até o rio Cuiabá", durante os séculos XVIII e XIX. Diferentemente da referência às "monções", como conheciam, - regime da mudança de ventos que facilitavam as viagens de Lisboa ao Oriente -, aqui era o tempo que demorava a cheia dos rios, quando aproveitavam para navegar durante mais de cinco meses (Keating; Maranhão, 2008, p.174).

⁷Ver Tratado de Tordesilhas assinado na povoação castelhana de Tordesilhas em 7 de junho de 1494, entre o Reino de Portugal e a Coroa de Castela para dividir as terras "descobertas e a descobrir" fora da Europa. Definindo como linha de demarcação o meridiano 370 léguas a oeste da ilha de Santo Antão no arquipélago de Cabo Verde, o tratado é consequência da contestação portuguesa às pretensões da Coroa de Castela, resultantes da viagem de Cristóvão Colombo, que um ano e meio antes chegara ao chamado Novo Mundo, reclamando-o oficialmente para Isabel, a Católica (1474-1504). A linha de Tordesilhas obedeceu ao traçado meridiano, dividindo a oeste as terras espanholas – praticamente todo o continente americano e o Oceano Pacífico, enquanto, definiu a leste os domínios de Portugal, incluindo toda a África e praticamente toda a Ásia. No contexto das Relações Internacionais, a sua assinatura ocorreu num momento de transição entre a hegemonia do Papado, poder até então universalista, e a afirmação do poder

grupo museu patrimônio

meios que justificam os fins". A despeito dos planos reais, em se manterem na faixa litorânea, as atividades das *bandeiras* ocorreram, cada vez mais intensamente, iniciando pelo "apresamento de indígenas, escravizados para a venda, o centro de sua atividade econômica" se aproveitando das "lutas dos tupiniquins com os carijós e tupinambás para ampliar o tráfico com os prisioneiros feitos nessas guerras" (Keating; Maranhão, 2008, p.149-51).

Mas, como se sabe, "a grande esperança dos paulistas em suas entradas" sempre foi a descoberta do ouro, da prata e das pedras preciosas, o que se concretizou nos garimpos dos sertões de Taubaté e, posteriormente, nos "aluviões prodigiosamente ricos das morrarias de Minas Gerais" (Ribeiro, 2006, p.336). O achado se deu em 1698 e foi um marco indelével na terra mineira, cuja exploração sistemática desde o início causou transtornos liderados pelos paulistas — e não demorou em atrair pessoas vindas de todo o território brasileiro e europeu, aumentando o afluxo de "emigrantes para além da faixa litorânea" (p.68) —, fixando-se no interior do continente apósinvadir terras com lutas sangrentas e fundando os primeiros povoadosnas proximidades das minas.

As povoações, estabelecidas no ciclo da exploração das jazidas auríferas se espalhando por Minas Gerais, constituirão os grandes centros culturais barrocos: Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei, Congonhas. Situação semelhante ocorrerá em Mato Grosso, 1719, e em Goiás, 1725, quando arraiais se transformam em "vilas e, depois, cidades assentadas literalmente sobre o ouro, como Vila Rica, Cuiabá, Vila Bela, e Goiás". Por esta época, o abastecimento das minas pelos *paulistas* já era feito pelas *monções*, que saindo do "porto de Araritaguaba, hoje Porto Feliz navegando pelo Rio Tietê e pela rede de afluentes do rio Paraná e do rio Paraguai até o rio Cuiabá" abasteciam as minas de Cuiabá (Keating; Maranhão, 2008, p.174). Carregavam suprimentos, armas, gado e ferramentas, em geral, em vinte a trinta barcos chamados batelões – "antigas canoas indígenas aperfeiçoadas tecnicamente" –, cada um deles com vinte a

singular e secular dos monarcas nacionais – uma das muitas facetas da transição da Idade Média para a Idade Moderna (Keating; Maranhão, 2008, p. 28-9).

REVISTA ARA N° 5. PRIMAVERA+VERÃO, 2018 • GRUPO MUSEU/PATRIMÔNIO FAU-USP

http://www.museupatrimonio.fau.usp.br

trinta homens. Grande parte dos integrantes e materiais não chegava ao destino, atingidos por doenças, ataques armados e acidentes, mas, apesar de tudo, esse comércio teve um século de duração – o Século do Ouro –, graças à quantidade do metal precioso que traziam na volta a São Paulo.

Acidentes, doenças e árduos esforços para deslocamento e transporte, ou mesmo nos assentamentos, graves problemas – sociais, conflitos e fome – não frearam o avanço *paulista* em direção ao Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná e também por parte do Nordeste e do Sul do país. Igualmente, semearam uma "área cultural caipira", como diz Darcy Ribeiro, "um novo modo de vida que se difunde a partir das áreas de mineração e dos núcleos ancilares de produção artesanal de mantimentos que a supriram de manufatura, de animais de serviços e outros bens", a Paulistânia feudalizada (2006, p. 336-46). "Um lençol de cultura caipira" se estabelece a partir de "soluções mínimas", "apenas suficientes para manter a vida dos indivíduos e a coesão dos bairros" (Candido, 1987, p.79).

Nascem assim os *bairros* rurais, "naçãozinhas ou grupos de convívio unificados pela base territorial em que se assentam, pelo sentimento de localidade que os identifica e os opõe a outros bairros e pela participação em formas coletivas de trabalho e de lazer" (Ribeiro, 2006, p. 347). Do mutirão para "construir ou consertar uma casa", do roçado e plantio do arroz e do feijão, até o fabrico doméstico de farinha de mandioca, queijos, rapaduras e panos de algodão, essa ordenação propicia autossuficiência, mas também isolamento. Darcy Ribeiro pondera que esse modo de vida, atendendo apenas às "carências frugais", condiciona "o caipira a um horizonte culturalmente limitado de aspirações, que o faz parecer desambicioso e imprevidente, ocioso e vadio". Mas "fazer parecer", não é "ser" e o autor explica a não integração do caipira à economia mercantil, dono de uma mentalidade "que valoriza mais as alternâncias de trabalho intenso e de lazer", abrindo mão de "um padrão de vida mais alto através do engajamento em sistemas de trabalho rigidamente disciplinado" (p. 348).

grupo museu patrimônio

A proscrição legal do acesso à propriedade da terra pela simples ocupação ou cultivo, de 1850, obriga essa "população branca e mestiça pobre e os mulatos livres" à "compra ou formas de legitimação cartorial da posse", inacessível a eles. Após longo período de recesso, de 1790 a 1840, "surgem e se expandem formas de produção agroexportadora" que favorecerão o aparecimento de uma oligarquia altamente protegida pelo poder público, seja por criar leis de proteção à grande propriedade, seja pela construção de estradas e sistemas transporte ⁸, ou ainda, pelo reforço do policiamento. Tais providências, baseadas no sucesso dos grandes engenhos açucareiros nordestinos reforçam a ideia da monocultura, gerando o cultivo do café, que promoverá a aceleração do "processo de reordenação social", um processo de busca e desalojamento do caipira para além dos lugares ermos nos quais se encontrava (p.348-51).

Assim marginalizada, essa população dá lugar ao tráfico de negros escravos e, mais tarde, a uma "imigração europeia maciça, que coloca milhões de trabalhadores à disposição da grande lavoura comercial". A troca de mão de obra manteve vivo o sistema de fazendas, pois, enquanto os primeiros mais arredios conheciam todas as possibilidades de fuga; os segundos, originários de diferentes localidades da África, desconheciam o local e a língua para se comunicarem; os terceiros, provindos de sociedades rigidamente estratificadas, estavam acostumados à "disciplina para o trabalho assalariado" (p. 351-3). Vencida a etapa do trabalho braçal nos cafezais restava ao senhorio incumbir-se de proteger cada vez mais seus domínios e a exportação e comercialização da produção, aliando-se ao poder político garantia o

⁸ No Estado de São Paulo a malha ferroviária, desde sua implantação, passava nas localidades das maiores fazendas de café em direção ao porto de Santos. A primeira delas, a Santos-Jundiaí, foi proposta pela São Paulo Railway em 1836, mas só se concretizou em 1867 (Cammarota, 2003, p.10). Já a São Paulo-Sorocaba teve concessão aprovada em 1870, atendendo ao pedido de "Luís Mateus Maylasky, cidadão austro-húngaro radicado em Sorocaba" para ser construída, tendo como principal destino, inicialmente, o escoamento da produção de algodão. A Sorocabana passou a ser de propriedade estatal de 1902 a 1904, quando teve sua propriedade e operação

empreendimento. Estabeleceu-se, assim, a oligarquia agrária que há séculos manipula as autoridades, do império à República⁹.

OPERANDO A IDENTIDADE BANDEIRANTE

Nascidas no planalto de Piratininga, nos primeiros tempos coloniais, *as bandeiras* foram milícias compostas de 250 homens, organizadas por portugueses e guiadas por indígenas, obrigados à caça de animais para seu sustento, mas também à caça de índios "capturáveis", em aldeias e missões. Enquanto penetravam mata adentro eram "caçadores de gente", um ofício "que se converteu em gênero de vida dos paulistas em cujo desempenho se fizeram respeitáveis, destacando-se com altas honras, a seus próprios olhos" (Ribeiro, 2006, p.96). Tal comportamento gerou, por parte dos espanhóis, a designação de *mameluco ou mamaluco* a este mestiço de branco com índio ou branco com caboclo. Visto como "impuro filho da terra" pelo pai português e rejeitado pela tribo à qual pertencia sua mãe, o mameluco paulista "cai numa terra de ninguém, a partir da qual constrói sua identidade de brasileiro" (p.97).

Como se pode aferir, enquanto, aos indígenas era razoavelmente fácil abandonar a incursão, aos mamelucos restavase manter unidos a elas devido à rejeição no interior das duas comunidades de origem. Some-se a isto o fato de que, além da "odiosidade jesuítica e a má vontade dos reinóis", frequentemente, em seus deslocamentos eram atacados por tribos hostis — Aymoré, Botocudo, Xavante, Kaingang, Boróro, Kayapó. "Na luta diuturna da floresta" o bandeirante, por sua vez, em lugar da personalidade intrépida e generosa, marcava pela arrogância, aproximando-se à personalidade de um bugre. Esta fama dos paulistas se espalhou por toda a América Espanhola, de modo que entre os castelhanos não ocorre cogitar sobre qualquer projeto em comum com aqueles "a quem eles intitularão de feras" (Holanda, 2017, p.148-50).

transferidas para o Governo da União (Filimonoff, 2005, p.35).

⁹ Vale recordar como se consagrou na queda da Bolsa de Valores de 1929, o preço do café no mercado internacional despencou e o governo brasileiro, para evitar prejuízo e, a consequente quebra dos fazendeiros, comprou toda a produção e a incinerou.



Segundo Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1939), o movimento das *bandeiras* rompe, "pela primeira vez, a inércia difusa da população colonial, adquire forma própria e voz articulada" (1978, p.96) e inicia um empreendimento particular, a despeito das ordens reais para que se mantivessem na faixa marinha. Aos pontos de vista de Júlio de Mesquita Filho em *Ensaios Sul-Americanos*, de 1946, sobre o movimento das bandeiras se enquadrar, "em substância, na obra realizada pelos filhos de Portugal na África, na Ásia e na América, desde os tempos do Infante D. Henrique e de Sagres", o autor faz uma "reserva importante", a de que "os portugueses precisaram anular-se durante longo tempo para afinal vencerem" (1978, p.96).

Por um lado, o bandeirismo avançou com "as monções do Cuiabá" e tornou-se pioneiro nas investidas por caminhos em direção ao interior, rompendo fronteiras estabelecidas e reiteradas em três diferentes tratados assinados pelos reinos de Portugal e Espanha: Tratado de Tordesilhas, 1494; Tratado de Madri, 1750; Tratado de Santo Ildefonso, 1777 (Holanda, 2017, p.165-850). Por outro lado, essas entradas tinham aqui o objetivo bem definido de "assegurar a mesma espécie do sedentarismo que os barões açucareiros do norte alcançavam sem precisar mover o pé dos seus engenhos" (1978, p.95). Aparentemente discrepantes estas atitudes são esclarecidas pelo próprio Sérgio Buarque de Holanda:

REVISTA ARA Nº 5. PRIMAVERA+VERÃO, 2018 • GRUPO MUSEU/PATRIMÔNIO FAU-USP

http://www.museupatrimonio.fau.usp.br

Sabemos que a expansão bandeirante deveu seu impulso inicial sobretudo à carência, em São Paulo, de braços para a lavoura ou antes à falta de recursos econômicos que permitissem à maioria dos lavradores socorrer-se da mão de obra africana. [...] Por estranho que pareça, a maior mobilidade, o dinamismo, da gente paulista, ocorre nesse caso, precisamente em função do mesmo ideal de permanência e estabilidade, que em outras terras, pudera realizar-se com pouco esforço desde os primeiros tempos da colonização. (1978,p.94-5)





Figura 2: Fernão Dias Paes, 1922, e Antonio Raposo Tavares, 1922, de Luigi Brizzolara. Museu Paulista. Fonte: fotos da autora (2003).

Resumidamente, esta ideia de permanência e estabilidade vingará quando da exploração das minas, a partir de fins do século XVII, e da adoção da monocultura cafeeira, a partir de meados do século XVIII, como foi explanado anteriormente. Recorde-se que os primeiros cafezais foram implantados em solo fluminense, trazendo logo o retorno financeiro, graças à proximidade do porto, e gerando a consequente transferência da capital do Brasil, de Salvador para o Rio de Janeiro. Porém, o indiscriminado uso do solo, que acabou empobrecendo o potencial produtivo da região, e a proibição do tráfico negreiro, em 1850, prejudicaram a produção, abrindo a chance para a região oeste paulista substituir o mercado anterior e alcançar valores ainda mais expressivos, conquistando os mercados europeu e norte-americano.

O sucesso do empreendimento no Estado de São Paulo fez com que em ritmo acelerado o café dominasse a economia brasileira, atraindo recursos financeiros e suscitasse o uso de capital financeiro e a dinamização da economia interna, pela rápida aceitação do produto. A conquista dessa importância no cenário nacional e internacional se deveu aos cafeicultores paulistas terem o perfil diferente dos antigos grandes proprietários de terra,

grupo museu patrimônio

inspecionando sistematicamente as lavouras, renovando as técnicas de plantio e reforçando o emprego de infraestrutura. É importante, também, ressaltar que com o fim do tráfico negreiro e os recursos que antes eram investidos nessa atividade foram canalizados para a indústria e o comércio, causando um novo problema em relação à contratação de mão-de-obra assalariada.

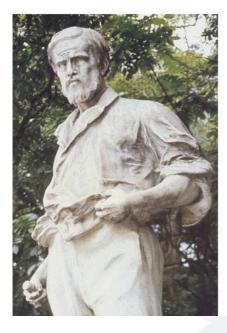




Figura 3: Anhanguera, 1924, de Luigi Brizzolara, Parque Siqueira Campos e Borba Gato, 1962, de Júlio Guerra, Santo Amaro. Fonte: fotos da autora (2003).

Os grandes fazendeiros, então, usando sua atuação política sobre o Segundo Reinado e a República Velha, influenciaram a importação de trabalhadores europeus, assalariados e urbanos, marcando indelevelmente a sociedade paulista e, certamente a brasileira, que viria a fundamentar a formação de novas classes sociais. Sob o *slogan* "braços para a lavoura", essa política de imigração se prolongou até o fim da década de 1920, e conforme afirma Kátia Cristina Petri em seu artigo "Plano de viveiro de trabalhadores para a grande lavoura cafeeira" o propósito dos fazendeiros e as autoridades governamentais era de

prover o suprimento de mão de obra estável e com baixos custos ao e, mesmo tempo, atender às necessidades dos imigrantes europeus que poderiam fixar-se como lavradores independentes" (2004, p.55).

A importação dos braços europeus coincide com os primeiros sinais da Abolição, vindos com a Lei do Ventre Livre (1871), com a visão laica do mundo e o ideário de branqueamento da população¹¹. Os três fatores, somados ao pensamento de que a província de São Paulo seria a que suportava maior carga de impostos e, por isso, favoreceria as outras, justificaram o surgimento do Movimento Separatista, defendido a partir do núcleo formado por Alberto Sales, Francisco Eugênio Pacheco, Joaquim Fernando de Barros e Martim Francisco Ribeiro de Andrada, todos da Faculdade de Direito de São Paulo. As ideias do movimento foram expostas por Alberto Sales no livro *A pátria paulista* (1887) que, para dar credibilidade à teoria, anunciava o cientificismo do separatismo. Discursos inflamados, artigos diários na imprensa e manifestos políticos ¹² fortaleceram o ideário do movimento acreditando inaugurar o caminho para instaurar a República.

Esses fatos, ocorridos durante o ano de 1887, testemunham a ressurreição do bandeirismo afirmando que São Paulo "sempre fora" a região que tinha levado à frente a expansão do Brasil e comparando ao progresso e às riquezas atuais do Estado. Os defensores da "federação paulista" entenderam que o território expandido inúmeras vezes por esses "intrépidos bandeirantes" e as "zonas conquistadas ao deserto e à barbaria" deveriam ser anexados e, por isso, abriram a possibilidade de que a nova nação fosse integrada pelo Paraná, Goiás e Mato Grosso. Mais uma vez, o Bandeirante é valorizado e usado como

Em 1899, a Comissão de Obras Públicas do Senado de São Paulo "recomendou que fossem estabelecidos mais núcleos coloniais 'de modo a constituí-los em viveiros de trabalhadores para a grande lavoura'. Esses núcleos serviriam para fixar o imigrante ao solo, à disposição da lavoura

do café, e ainda aliviariam o fazendeiro da obrigação de construir à sua custa casas para os colonos, bem como de formar ou cercar pastos para suas criações" (Petri, 2004, p.55).

¹¹ Branqueamento proposto por, entre outros, Silvio Romero, em *História da Literatura Brasileira* (1888), para explicar o caráter nacional brasileiro, cujo povo seria essencialmente mestiço (português, índio e negro).

¹²Campos Sales, irmão de Alberto Sales, está entre os políticos que defenderam o separatismo paulista em discursos e manifestos, argumentando que via "na futura Pátria o primeiro reduto para a conquista de um governo republicano para toda a América portuguesa" (Aducci, 2000, p.174).

grupo museu patrimônio

símbolo. Estes fatos se deram enquanto acontecia a experiência do viveiro, com diversos conflitos marcando o interesse conservador dos fazendeiros e demandas inéditas de grupos de trabalhadores, que terminou com "o colapso da economia internacional que atingiu duramente São Paulo, especialmente logo após o término do programa subsidiado" (p.57).

O PROGRESSO PAULISTA

O fim do programa "braços para a lavoura" soma-se à crise de 1929 e abala consideravelmente a elite financeira paulista que articula uma nova operação, na qual tenta envolver os outros estados da União, e deflagra o Movimento Constitucionalista na pretensão de liderar a legalização de um novo sistema de impostos federais sobre cada Estado. O movimento organiza manifestações públicas, a maioria delas no Largo São Francisco, na capital, em frente à Faculdade de Direito, com discursos inflamados proferidos por professores e alunos. No dia 23 de maio de 1932, uma destas reuniões termina com a morte de quatro jovens¹³, estudantes e trabalhadores, e marca a articulação do acirramento da luta por comandos militares e civis paulistas, que decidem ir às armas contra o Governo Federal na madrugada do dia 10 de julho¹⁴, mesmo antes da confirmação de apoio dos mandantes chamados a ingressar na dita Revolução Constitucionalista¹⁵.

Após três meses, o exército nacional propaga a derrota do movimento e condena seus dirigentes ao exílio, dando o caráter de traidores aos insurretos e

REVISTA ARA Nº 5. PRIMAVERA+VERÃO, 2018 • GRUPO MUSEU/PATRIMÔNIO FAU-USP

http://www.museupatrimonio.fau.usp.br

evitando a capitalização de forças pelos revoltosos. Porém, esses revoltosos se servirão de dois fatos subsequentes, para a glorificação da luta heroica: a nomeação, por Getúlio Vargas, de Armando Salles Oliveira para Presidente do Estado de São Paulo¹⁶ e a promulgação da nova Constituição Brasileira, em 1934. Dizendo-se vencedores, as forças paulistas afirmaram ter suspendido os ataques, um armistício, e que mesmo perdendo a luta ganharam a causa. Fato este a ser imortalizado, glorificando os que morreram pela pátria, com celebrações anuais, organização de eventos, publicações e implantação de monumentos em espaços públicos de todo o Estado. Não por acaso, estas práticas tiveram início em 1934, quando, além das celebrações com desfiles e discursos foram inaugurados conjuntos escultóricos¹⁷ erigidos nas cidades de Campinas, Santos, Piracicaba, Bauru, entre outras.

Além da implantação desses memoriais, nos anos seguintes à renovação das leis pelo Congresso Nacional, será comum a denominação de logradouros públicos com nomes dos herois – individual ou coletivamente –, mas, também, de batalhas e de datas importantes para o movimento, que ficará imortalizado em estradas, avenidas, ruas, praças, túneis por todo o território de São Paulo, perenizando os ideais pregados em 1932. Um dos maiores propagandistas desses pensamentos foi o campineiro Guilherme de Almeida (1890-1969) – de alcunha "o príncipe dos poetas" –, com versos publicados em diversos livros e panfletos, e igualmente gravados nos memoriais. Um dos maiores, concebido por Marcelino Velez (1934-35), e situado na praça Voluntários de 1932 em frente ao Cemitério da Saudade de Campinas, é um conjunto monumental em granito e bronze, centralizado pela estátua de um soldado com cerca de 2,50 metros, atrás da qual foi construído um cenário formado por uma coluna prismática central, ladeada por mais oito decoradas com as faixas da bandeira

¹³ Os quatro jovens, Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, mortos nas manifestações de 23 de maio de 1932, transformaram-se em heróis da chamada Revolução Constitucionalista e, desde então, seus nomes são lembrados associados à sigla MMDC, na designação de escolas e logradouros públicos, entre outros.

¹⁴ Apesar de documentos oficiais – entre outros, a Carta à Nação, publicada no jornal carioca *Correio da Manhã*, do dia 12/07/1932 – comprovarem a eclosão do movimento na madrugada do dia 10, a data da celebração foi modificada para coincidir com o "9 de Julho de 1562, quando um núcleo de moradores, liderados por jesuítas, rechaçara o maior ataque de índios hostis à recente povoação" (Prada, 2002, p.08).

¹⁵ Ver mais na Tese de Doutorado da autora, Inovar e conservar: a ambiguidade no Monumento Constitucionalista. São Paulo: FAU/USP, 2005.

¹⁶ Getúlio Vargas deu demonstração de desprendimento ao nomear um dos líderes envolvidos no levante, Armando Salles Oliveira, para Presidente do Estado de São Paulo (1934-37), com intenção de conquistar a dissidência paulista, fato explicado pela ligação familiar entre Salles e Júlio de Mesquita Filho, um dos líderes do movimento (Sampaio, 1999, p.33-5).

¹⁷ Ver mais sobre os memoriais aos soldados constitucionalistas nos Capítulos I, IV e V, na Tese de Doutorado da autora, Inovar e conservar: a ambiguidade no Monumento Constitucionalista. São Paulo: FAU/USP, 2005.

grupo museu patrimônio

paulista de cada lado. Encimando a maior delas, vê-se o Brasão Paulista¹⁸ e logo abaixo a inscrição da poesia *Não é túmulo:*

Não é túmulo. É berço. / É sementeira / de ideal; baliza do futuro; pista rastro de heróis na terra campineira. / Sobre eles, cor a cor, lista por lista, /eternizou seu voo essa bandeira. / Petrificou-se o pavilhão paulista! / Bandeirante, por vós nesta jazida, / velam as pedras, que esta morte é vida. (Almeida, 1935)

Guilherme de Almeida associa o Bandeirante ao heroísmo recente e sinaliza a glória futura na imagem das listas da flâmula gravada em pedra, num discurso hiperbólico com o qual enfatiza o engajamento na luta constitucionalista. O mesmo discurso, com as mesmas figuras de linguagem, será repetido pelo poeta no *Monumento e mausoléu ao soldado constitucionalista de 32* (1937-72), do Parque Ibirapuera em São Paulo, levando a compreender a operação criada para a mitificação de figuras da história regional que se pretende tornar nacionais. Para reforçar essa intencionalidade, à entrada do mausoléu duas homenagens do mesmo autor também se encontram petrificadas em enormes estelas, a *Oração ante a última trincheira* e a *Ode ao bandeirismo*.

Dispor, novamente, lado a lado a referência aos primeiros paulistas e aos heróis da pátria unifica bravura, intrepidez e luta como condições inerentes ao passado, ao presente e ao futuro, que a oração demanda e a ode proclama, no ser paulista. O poeta faz um terceiro louvor— fundido em placa de bronze, que se encontra no interior do mausoléu — à luta constitucionalista com a elegia à espada empunhada pela Mãe Terra, cuja lâmina — signo da liberdade e da força — é simbolizada pelo obelisco e cuja empunhadura é desenhada pelos acessos à esplanada na cota superior à entrada do mausoléu. Em versos, Guilherme de Almeida proclama: "Eu sou a espada que a madre terra quando ao seu seio desembainha. / Feita de pedra, mas pedra feita de ossos e cinzas calcinadas /

Segundo informações constantes no catálogo do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo (p.131), o Brasão Paulista foi criado em 1987, pelo escultor Luiz Morrone, a partir do desenho de Wasth Rodrigues. Assim, a versão impressa em uma placa em bronze no ponto mais alto da coluna central do monumento, deve ter sido fixado posteriormente.

REVISTA ARA Nº 5. PRIMAVERA+VERÃO, 2018 • GRUPO MUSEU/PATRIMÔNIO FAU-USP

http://www.museupatrimonio.fau.usp.br

Pela incandescência do seu amor, tornei-me a espada da resistência". Tal engajamento resultou no sepultamento do escritor em laje ao lado do altar central no mesmo mausoléu.

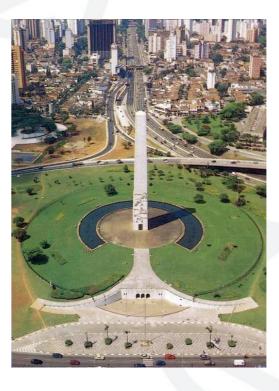


Figura 4: Monumento e mausoléu ao soldado constitucionalista de 32 (1937-72). Galileo Emendabili. Parque Ibirapuera, São Paulo. Fonte: Cartão Postal da cidade de São Paulo.

O projeto, de autoria de Galileo Emendabili, é um discurso eloqüente e imperativo na paisagem, pontuando em escala o horizonte do planalto, em tudo distinto das edificações e paisagismo do parque modernista. Porém, existe um ponto em comum nos dois discursos que é a ode ao trabalho. Enquanto se convoca Oscar Niemeyer para celebrar a pujança de São Paulo com a implantação de um conjunto de pavilhões para exposição dos produtos da indústria e da cultura paulistas, Emendabili exalta a mão de obra local ao lado da fé, em mosaico circular no qual situou as imagens coloridas de S. Paulo – santo católico – e de trabalhadores sobre um fundo dourado. Na parte oca ogival que constitui o centro do obelisco, acima da altura da esplanada, o autor situa o painel *Classes trabalhadoras de São Paulo* em cota superior ao esquife

CONFIGURAÇÕES PAULISTAS: OPERANDO A SAGA BANDEIRANTE

ANNA MARIA ABRÃO KHOURY RAHME

grupo museu patrimônio

do *Herói jacente* – uma homenagem a Martins, Miragaia, Dráusio, Camargo e Paulo Virgínio –, que pode ser visitado acessando-se uma passarela anelar, uma evocação à forma circular que na simbologia religiosa significa não finitude. Abaixo dessa alegoria, dois portais com seis painéis em bronze se abrem para o exterior, agora na cota da esplanada, a *Porta da vida* e a *Porta da glória*,contando simbolicamente a história da capital paulista em cenas cotidianas e bíblicas. A primeira, voltada para o nascente, a região da fundação de São Paulo, fala da vida familiar, a segunda, em direção ao poente, região da expansão da cidade a partir dos anos 1950, registra a vida do trabalho, enfatizando perdas e renúncias.

Embora só tenha ficado pronto em 1972, para as comemorações do 40º Aniversário da Revolução Constitucionalista, o *Monumento e mausoléu* teve a pedra fundamental lançada em 1954, durante os festejos do IV Centenário da Cidade de São Paulo. A localidade para a implantação foi decidida por um ato do prefeito, arquiteto Cristiano Stockler das Neves, com a doação, em 1947, de uma área de 1932 metros quadrados — uma irrefutável referência ao ano da eclosão da dita revolução —, que tem a leste as origens no Pátio do Colégio e a oeste o caminho do crescimento da cidade. Estava montada a operação para perenizar os ideais de 32, unindo visibilidade do memorial ao traçado de um eixo monumental para os desfiles do *9 de Julho* 19 subverteu-se a ordem do maior parque da cidade, à época, e está plantado no atual entroncamento entre as avenidas *23 de Maio* e *Pedro Álvares Cabral*.

¹⁹ No segundo semestre de 2004, quando a prefeitura de São Paulo decidiu construir o Auditório do Ibirapuera (1951-2005), projetado por Oscar Niemeyer, convocou uma comissão para discutir um novo traçado para os limites do Parque Ibirapuera, que abraçaria o *Monumento e mausoléu*, incluindo-o no jardim. Segundo depoimento dado à autora pelo arquiteto Pedro Paulo de Melo Saraiva, membro da comissão, em agosto de 2004, no campus da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Anhembi Morumbi, a reunião aconteceu na Sala Azul, do Palácio das Indústrias, então cede do poder municipal e o pedido foi negado porque o projeto "inviabilizaria os desfiles de comemoração anual da Revolução Constitucionalista".



Figura 5: Avenida 23 de Maio tendo ao fundo o Monumento e mausoléu ao soldado constitucionalista de 32. Fonte: foto da autora (2003).

Também no Ibirapuera, com implantação urbana tão fortemente privilegiada quanto à do obelisco, o *Monumento às Bandeiras* (1922-1953), de Victor Brecheret, centraliza uma rotatória ao lado do parque, inscrevendo-se indelevelmente na paisagem do eixo Leste-Oeste, o mesmo seguido pelos Bandeirantes. Embora com menor visibilidade à distância, o monumento é circundado pelo anel viário de interligação das avenidas Brasil e Pedro Álvares Cabral, posição que alterou a inserção prevista no plano original (1951) de Oscar Niemeyer. Sua inauguração se deu a 25 de janeiro de 1953, exatamente um ano antes da abertura do parque e seus equipamentos, por ocasião do IV Centenário da Cidade.

CONFIGURAÇÕES PAULISTAS: OPERANDO A SAGA BANDEIRANTE

ANNA MARIA ABRÃO KHOURY RAHME





Figura 6: Vista lateral esquerda do Monumento às Bandeiras (1920-1953), Victor Brecheret. Fonte: foto da autora (2003).

Após ter sido encomendado em 1920²⁰, para as celebrações do Centenário de Independência (1922), foi retomado para execução em 1936, sofreu alterações em seu projeto durante quatro anos e somente conseguiu ser financiado a partir de 1946. Enfim, assemelhando-se aos homenageados, a obra completou sua epopeia. Intriga, porém, pensar que passados 33 anos de sua criação à conclusão, a despeito do valor artístico da obra, mudou a celebração, mudaram os protagonistas políticos nacionais e regionais, mudou a cidade, mudou a populaçãoenão se alterou o propósito de celebrar o mito paulista. Certamente, o Bandeirante foi o convidado de honra na festa do IV Centenário da Cidade de São Paulo, símbolo da tradição e força da gente paulista não poderia ficar fora do marco da inflexão entre o passado agrícola e o futuro que se anunciava grande pela pujante industrialização.

²⁰ Segundo Daisy Peccinini, "a maquete de gesso, que atraiu grande visitação e foi considerada inovadora, foi exposta ao público em 28 de julho de 1920, acompanhada de um memorial explicativo, na Casa Byington, na rua 15 de Novembro, n. 26, sendo matéria de vários jornais de São Paulo" (Peccinini, 2004, p.42). O texto é acompanhado de fotos que comprovam a publicação, na época, em pelo menos duas revistas: *Papel e Tinta* e *Ilustração Brasileira*.

REVISTA ARA Nº 5. PRIMAVERA+VERÃO, 2018 • GRUPO MUSEU/PATRIMÔNIO FAU-USP

http://www.museupatrimonio.fau.usp.br

E A OPERAÇÃO CONTINUA...

Estes fatos corroboram à compreensão de várias das operações, que atingem a cidade/capital dos paulistas, terem origem em motes nacionais, atraindo para si e o Estado que centraliza os louros da situação. A saber: como ponto de partida para a conquista do território americano para o Brasil pelos Bandeirantes, como local escolhido para a chamada Proclamação da Independência, pela maior arrecadação de impostos do Império graças à produção cafeeira, por centralizar em sua *intelligentsia* as ideias republicanas, por abrigar maior polo industrial do país, pela intensa vida cultural capaz de sediar a primeira Bienal Internacional de Arte. O conjunto de atos urdidos para agregar estes e outros mais acontecimentos aos paulistas justifica a associação, acumulando ou apartando cada uma das características: audácia, coragem, liderança, liberdade, pujança, progresso, dinamismo, hospitalidade.

Também, não fica esquecida a "força expansiva que parece ter sido uma constante histórica da gente paulista e que se revelara" na mobilidade bandeirista (Holanda, 2017, p.165). Mobilidade esta, recentemente, implementada pela Prefeitura da Cidade de São Paulo num projeto de implantação de flâmulas nacionais e, em menor número, também a estadual e a municipal, ocupando os espaços públicos paulistanos, com o intuito de "estimular o patriotismo"²¹ (Prefeitura, 2018). Tomando indiscriminadamente grandes avenidas, praças, viadutos e modificando a paisagem urbana, agora transformada em verdadeira plantação verde-amarela, o emblema brasileiro tremula sustentado por mastros espetados em desproporcionais pedestais ou nas laterais de viadutos. Coincidência ou não, o programa vem sendo assentado mais intensamente no eixo Leste-Oeste— Av. 23 de Maio, Parque Ibirapuera, Av. Brasil, Av. Cidade Jardim, Av. Faria Lima —, o mesmo percorrido

²¹ Orquestrado pelo poder municipal, "sem custos para a prefeitura", o programa é denominado *Nossas Bandeiras. As i*nformações constam do site da Prefeitura da Cidade de São Paulo, consultado em 05/06/2018.

grupo museu patrimônio

pelas bandeiras, que durante séculos saiam do vale do Rio Anhangabaú em direção ao interior do Brasil.

Neste caso, apela-se para despertar sentimentos patrióticos, reunindo os cidadãos em torno de símbolos estabelecidos, e reafirmar os ideais de poucos sob a aura de serem representantes legais dessa identidade. Senão, porque motivo o programa não passou pelo conhecimento dos órgãos representativos? Mesmo sem a aprovação da população, o poder público municipal pretende discursar nacionalmente? Seria esse o mesmo nacionalismo que consagrou São Paulo como terra bandeirante?

O respaldo, para análise desses programas, vem de Milton Santos (1996) e a dialética entre sociedade e espaço por ele estudada, dizendo que uma prática sobre objetos já agidos, isto é, portadores de ações concluídas mas ainda presentes, promove o domínio dos espaços, de certo modo, reafirmando o domínio dos lugares e das práticas sociais que os definem. Além de encobrir os reais motivos desses grupos, tal tessitura estabelece configurações que descaracterizam a ação da sociedade sobre o espaço, buscando "oferecer ou impor um novo valor" (2017, p.109). A partir daí, fazendo uso da citação em epígrafe de Michel de Certeau, essa operação do poder municipal poderia conquistar o sucesso, ainda que provisório, usando da perspicácia e envolver a população em seu empreendimento de burlar a tênue barreira entre as instâncias pública e privada.

Quanto à consagração de São Paulo como terra bandeirante, trata-se de transferir ao lugar e, por correspondência, aos habitantes de todo o estado os mesmos atributos desses seres idealizados. Mais do que isso, trata-se de sacralizar o espaço dominado. Recorde-se que no processo de criação dos mitos — uma vez revelados deixam de ser humanos, "são deuses e Heróis civilizadores" e fundam "uma verdade absoluta" —, desse modo, a repetição das verdades míticas pelos rituais resulta em aproximar-se do sagrado ao imitálos e santificar o mundo ao repeti-losininterruptamente (Eliade, 1992, p. 84-8). MirceaEliade diz que entre os paleocultivadores "o essencial consiste em

REVISTA ARA N° 5. PRIMAVERA+VERÃO, 2018 • GRUPO MUSEU/PATRIMÔNIO FAU-USP

evocar periodicamente o acontecimento primordial que fundou a condição humana atual" e acrescenta que:

A recordação reatualizada por ritos (portanto pela reiteração do assassínio primordial) desempenha um papel decisivo: o homem deve evitar cuidadosamente esquecer o que se passou *in illo tempore*. O verdadeiro pecado é o esquecimento [...] (1992, p.90)

Entre lembranças e esquecimentos o mito Bandeirante reaparece no fim dos anos 1960 e é trazido numa reatualização inglória, destinada a "centralizar as investigações e o desmantelamento das organizações de esquerda – armadas ou não -, sob direção do Centro de Informações do Exército (CIE)" (Memorial da Democracia, site), foi criada a Operação Bandeirante (Oban), em julho de 1968. Fundada pelo general do II Exército José Canavarro Pereira, logo após a promulgação do Ato Institucional № 5,0 órgão congregou diversas forças militares e policiais²², e contou com o apoio financeiro e tático de empresários paulistas. Com sededoada pelo Governo do estado de São Paulo, no 36º distrito policial da cidade, à Rua Tomás Carvalhal 1030, tornou-se conhecido como centro de tortura e morte para o qual eram conduzidos os suspeitos, após identificação, localização e captura sumária. A efetividade das operações fez com que servisse "de modelo para a posterior criação dos Destacamentos de Operações de Informação - Centros de Operações de Defesa Interna, os DOI-Codi" (Memorial da Democracia, site), que incorporou a Oban em setembro de 1970. Estes novos órgãos repressores se converteram posteriormente "nos centros do terror do Estado no Rio de Janeiro, Recife, Brasília, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Belém, Fortaleza e Porto Alegre" (Memorial da Democracia, site) e suas atividades perduraram até o final da ditadura, em 1985, estabelecida pelo Golpe de 64.

Quando o país foi invadido por emblemas nacionais, não mais em pedra ou bronze, dos monumentos, ou em papel, dos documentos em prosa e poesia,

,

²²A Oban congregou membros de órgãos federais: Aeronáutica, Marinha, Departamento de Polícia Federal, do Serviço Nacional de Informações; e estaduais: Segurança Pública, Departamento de Ordem Política e Social, Força Pública do Estado de São Paulo e Guarda Civil. Site *Memorial da Democracia*, consulta em 13/07/18.



mas de chumbo. Como se vê, a curta trégua simbólica na cidade de São Paulo foi tristemente interrompida pela invenção de uma de suas maiores feridas. Nos anos de repressão e medo, a capital paulista tomou a iniciativa e liderou a perseguição e morte aos opositores do regime de exceçãocalando a voz do povo e dando voz a um programa de supressão às liberdades individuais e coletivas. A ação da polícia política, abalizada pelo poder nacional, estadual e municipal, e financiada pelo empresariado brasileiro e internacional, pode ser comparada ao movimento das bandeiras, seja porque formada por algozes, seja pelo poder de espraiar-se Brasil afora. Antes, os indesejados foram as populações indígenas, na ditadura, foram os subversivos, e sempre, será todo aquele que se opuser à escravização proposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os acontecimentos apontados neste estudopercorrem ações paulistas, comandadas por grupos administrativos, públicos e privados que, em nome de um saber superior e do interesse comum, tentam imporuma dada realidade por meio de astutas táticas de interferência no cotidiano das pessoas. As análises se basearam nos conceitos defendidos por Michel de Certeau em *A invenção do cotidiano*, no qual o autor se recusa em aceitar a uniformidade proposta por essas táticas, que ignoram o aspecto plural da cultura. O próprio uso do termo *invenção* se opõe a qualquer homogeneidade, venha de quem vier, e aponta para a necessidade da apropriação de certas práticas como a antidisciplina em relação às ordenações dogmáticas propostas pelas autoridades e instituições, insistindo em organizar a sociedade.

Sobre os tipos de operações sobre esses espaços, Certeau distingue as táticas das estratégias: as primeiras são "desviacionistas" e, por não obedecerem às leis do lugar, "só podem utilizá-los, manipular e alterar"; as segundas "visam criar lugares segundo modelos abstratos" e "são capazes de produzir, mapear e impor" (p.92). Se nos pautarmos por estas ideias, há que interromper os desenhos limítrofes e determinados propostos por discursos materializados em

REVISTA ARA Nº 5. PRIMAVERA+VERÃO, 2018 • GRUPO MUSEU/PATRIMÔNIO FAU-USP

http://www.museupatrimonio.fau.usp.br

monumentos, desfiles, ritos que resultam em dominação do espaço, fazendo-o simbólico por meio de recortes drásticos, de marcos impositivos e do uso indiscriminado dos signos populares. Há que traçar indeterminações, por meio das práticas, estas peças de resistência à submissão e ao silêncio.

Entre nós, os paulistas, houve os que se obrigaram a adotar novos parâmetros para viver nas novas terras brasileiras, mas houve os que teimaram em se manter na tradição, que a tomaram para si forjando o pertencimento ao originário, aos primeiros, os titulares e, portanto, os donos da verdade absoluta, fundada nos mitos criados por eles mesmos e repetidos ritualmente como um cântico sagrado. Essa estratégia foi usada pelos cafeicultores paulistas que empregaram, durante mais de um século, táticas de convencimento sobre os governantes, para o aumento de produção e comercialização do ouro verde, logrando que se criasse um programa para importação de mão-de-obra europeia, sob a égide do branqueamento da raça. Cientes da necessidade da rememoração ininterrupta dos mitos, os senhores das terras paulistas tentaram aliar uma nova tática, fundar a Pátria Paulista e, por meio de um movimento separatista, transformar o Estado em Nação.

Com duração de um ano, as lutas e os convencimentos dessa tessitura não resultarama favor de seus urdidores, que investiram em nova operação, a republicana, buscando satisfazer as antigas demandas pela superioridade de direitos em razão do seu peso econômico, demográfico e político. O esforço redundou no controle do processo sucessório nacional com a alternância de poder de São Paulo e de Minas Gerais, durante algumas décadas, por um acordo firmado entre o Governo Federal e as oligarquias estaduais. Sugestivamente, conhecido como a "política do café com leite", o pacto foi rompido pela ascensão de Getúlio Vargas, fator fundamental para outra insurgência paulista, o Movimento Constitucionalista de 1932, que procurou, sem sucesso, se fortalecercom o apoio de outros estados. Em poucos meses a chamada Revolução foi derrotada pelas forças federais e seus integrantes tardaram apenas dois anos para se rearticularem na aprovação de uma nova Constituição Brasileira.



Sentindo-se fortalecidos, a partir daí, os veteranos de 32 iniciaram campanhas para angariar fundos pela construção de monumentos comemorativos, que se multiplicaram, por todo o Estado de São Paulo. Essas práticas instituem a vivificação dos ideais do movimento e a inauguração a cada 9 de Julho — incluindo discurso de autoridades, benção religiosa, banda local, entoação de hinos e leitura de poesias — a reatualização do mito dos heróis da pátria. Implantados em locais cuidadosamente selecionados, seja pelo significado simbólico para a comunidade, seja pela grande visibilidade espacial que os favorece, ganham o *status* de marco da cidade. Tal materialidade pode ser constatada, com excelência, no maior deles, o *Monumento e mausoléu ao soldado constitucionalista de 32*, no Parque Ibirapuera da capital do estado, onde, além de impactar a paisagem, constrói uma memória que o inconsciente coletivo não reconhece, baseada numa dada identidade que não lhe pertence.

Mais uma vez, abre-se o debate entre o direito ao espaço e sua propriedade, entre a instância pública e a privada, favorecendo a recordação de certos acontecimentos que interessam a determinados grupos perenizar. E o processo continua ressuscitando mitos e aplicando-os em costuras inusitadas. Quando nos deparamos com uma estratégia como a Operação Bandeirante, sabendo que a memória é feita de lembranças e esquecimentos, é natural que surjam dúvidas a respeito da figura Bandeirante que se deseja trazer. O bravo e tenaz português, que conquistou terras e ampliou consideravelmente o território brasileiro, ou o escravagista inescrupuloso, que não se deteve até encontrar os minérios em terras americanas?

Seja qual for a resposta – mentores, patrocinadores, feitores–, todos fogem à identificação com o órgão, uma ferida aberta na sociedade paulistana, que surgiu num conluio entre torturadores respaldados pelos poderes nacional, estadual e municipal. Alterou o nome, ganhou adeptos, expandiu-se por quase todo o Brasil, marcando indelevelmente a historiografia paulista. Sim, *paulista* como se consagrou o Bandeirante. Que práticas memoriais, de todos nós – africanos, asiáticos, europeus, americanos dos três continentes e quem mais vier – moradores de São Paulo, mantenham viva a indignação, incentivando o

tombamento do local para que não se esqueça jamais das atrocidades da operação. À semelhança do Memorial da Resistência de São Paulo, em cujo edifício esteve sediado o Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS-SP), 1940 a 1983, servindo como uma homenagem aos mártires que lutaram pela democracia no Brasil. Afinal, há que ritualizar as lutas pela liberdade, soltar as amarras dos métodos estruturados e impositivos que se fecham em identificações limítrofes, há que criar múltiplas dinâmicas culturais, há que ver o outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adduci, C. C. A "Pátria Paulista": o separatismo como resposta à crise do final do Império brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial; 2000.
- Ambires J. D. O vocábulo *paulista* e algumas de suas implicações. Revista Histórica. 2004 Jan-Mar; (13): 56-60.
- Cammarota L. Ferrovias: sinal de progresso. Revista Histórica. 2003 Mar-Mai; (10): 09-17.
- Candido, A. Os parceiros de Rio Bonito. 7ª edição. São Paulo: Livraria Duas Cidades; 1987.
- Certeau, M. A invenção do cotidiano. 4ª edição. Petrópolis: Ed. Vozes; 1999.
- Eliade, M. O sagrado e o profano: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes; 1996.
- Filimonoff N. A ferrovia "desbravadora". Revista Histórica. 2004 Jul-Set; (15): 34-7.
- Holanda, S. B. Caminhos e fronteiras. 4ª edição. São Paulo: Companhia das Letras; 2017 [1956].
- Holanda, SB. Raízes do Brasil. 12ª edição. Rio de Janeiro: L.J.O.Ed.; 1978[1936].
- Keating, V; Maranhão, R. Caminhos da conquista: a formação do espaço brasileiro. São Paulo: Ed. Terceiro Nome; 2008.
- Peccinini, D. Brecheret: a linguagem das formas. São Paulo: Instituto Victor Brecheret; 2004.

- Petri K. C. Plano do viveiro de trabalhadores para a grande lavoura cafeeira. Revista Histórica. 2004 Jul-Set; (15): 53-7.
- Prada C. A revolução de 32: novos estudos lançam luzes sobre o movimento paulista contra Getúlio. Revista Problemas Brasileiros. 2002 Mai; (351): 4-11.
- Prado, P. Paulística. São Paulo: Monteiro Lobato; 1925.
- Ribeiro, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; 2006 [1995]. 1ª reimpressão.
- Sampaio, M. R., coordenação. São Paulo 1934-1938: os anos da administração Fábio Prado. São Paulo: FAU/USP; 1999.
- Souza R. L. A mitologia bandeirante: construção e sentidos. Revista História Social. 2007; (13): 151-71.

Referências digitais

- Ferraz I. G.; Risério A.; Pompéia M., roteiristas. Brasil caipira. Cap. 7. (26:04). O povo brasileiro (2:10:00) [Internet]. Brasil: GNT/TV Cultura; 2000. [citado em 2018 Abr 29].Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CjcBv5ZWyPU
- Memorial da Democracia [Internet]. [citado em 2018 Jul 13]. Disponível em: http://memorialdademocracia.com.br/card/nasce-a-oban-braco-datortura-em-sp.
- Prefeitura da Cidade de São Paulo [Internet]. [citado em 2018 Jun 05].

 Disponível em: http://www.capital.sp.gov.br/noticia/programa-quer-incentivar-instalacao-de-mastros-e-bandeiras-em-pracas.
- Revista Paulistania [Internet]. [citado em 2018 Jun 20]. Brasil: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: https://ihgb.org.br/pesquisa/hemeroteca/periodicos/item/102260-paulist%C3%A2nia-revista-document%C3%A1rio.html.
- Revista Prosa Verso e Arte [Internet]. [citado em 2018 Abr 29]. Disponível em: https://www.revistaprosaversoearte.com/o-povo-brasileiro-a-formac%CC%A7a%CC%83o-e-o-sentido-do-brasil-darcy-ribeiro/